

J. Freitas



Presidida por Mercadante (D), CAE votou matérias e discutiu a agricultura

Municípios podem ter estímulo para investir em segurança

Os municípios podem ficar isentos de IPI nas compras de veículos para patrulhamento, armas, munições e aparelhos transmissores e

receptores, utilizados por órgãos de segurança. Proposta nesse sentido foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 7**

Sessão secreta decide hoje futuro de Renan

Presidente do Senado diz que não renuncia. PT e PMDB liberam voto, enquanto PSDB e DEM se posicionam pela cassação do mandato

Jane Araújo



Renan afirma que licença e renúncia não fazem parte de sua personalidade

Será mesmo secreta a sessão do Plenário que examinará hoje a representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Não obtiveram êxito as últimas tentativas de tornar aberta a reunião marcada para as 11h e com duração prevista de quatro horas e meia. A segurança da Casa iniciou ontem à noite varredura no Plenário, de onde foram retirados inclusive *notebooks* dos senadores. Três partidos, reunidos ontem, anunciaram posição a respeito do caso. **Páginas 4 e 5**

Relator da CPMF busca acordo com o Senado

Antonio Palocci se reuniu com senadores em busca de um texto que possa ser votado pelas duas Casas do Congresso. No Plenário, senadores anunciaram posição sobre o tema. **Página 3**

Documento reunirá idéias para a educação

Ao encerrar ontem um ciclo de debates com especialistas, o presidente da Comissão de Educação anunciou para outubro o relatório com as idéias para o setor educacional. **Página 2**

Cuidados ambientais devem nortear uso agrícola do cerrado

Em debate na Comissão de Mudanças Climáticas, especialistas recomendam cumprimento das normas ambientais e adoção de práticas adequadas para reduzir aquecimento causado pela substituição do cerrado por pecuária e cultivo de grãos e cana-de-açúcar. **Página 6**



Célio Azevedo

Opapel dos administradores nas empresas privadas e nos órgãos públicos foi destacado pelos senadores, que prestaram homenagem à categoria pela passagem dos 42 anos do reconhecimento da profissão. **Página 8**

“Acho lamentável a ausência do ministro da Educação, mas o ciclo de audiências tem de terminar hoje”, afirma Cristovam Buarque ao encerrar debates

Relatório de ciclo sobre educação será apresentado em outubro

Será apresentado na primeira semana de outubro o relatório final do ciclo de audiências públicas promovido pela Comissão de Educação (CE) sob o tema “Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação”. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ao final da última reunião dedicada à discussão do assunto.

Para esse debate, estava prevista a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, que cancelou de última hora o seu comparecimento. Na segunda-feira, também já havia cancelado a presença a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff. Foram realizadas 12 audiências com especialistas, autoridades e representantes de empresários e trabalhadores.

– Acho lamentável a ausência



Cristovam Buarque (E) preside reunião: senadores elogiam trabalho da comissão

do ministro da Educação, mas o ciclo de audiências tem de terminar hoje – disse Cristovam, ao prever que o relatório final, a ser discutido em reunião da comissão, deverá servir de base para a elaboração de projetos de lei.

Uma das relatoras setoriais do ciclo de audiências, Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou ter sentido “tristeza e decepção” pela ausência de Haddad na última reunião do ciclo de audiências.

Mesquita Júnior (PMDB-AC)

disse que a comissão deu o exemplo: “Precisamos inovar, pois as coisas não funcionam e estamos vinculados a práticas superadas”. Flávio Arns (PT-PR) elogiou a realização do ciclo de audiências, cujo relatório final, a seu ver, será uma grande contribuição para o debate da situação da educação. Augusto Botelho (PT-RR) ressaltou que a comissão está aberta a receber novas sugestões da sociedade para o aperfeiçoamento do sistema educacional.

Senado firma parceria com Assembléia do Amazonas

As medidas implantadas pelo Senado para facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência e valorizar esse segmento começaram a ser adotadas também pelas assembleias legislativas de diversos estados. Depois de os legislativos do Rio Grande do Sul e da Paraíba terem implantado programas com esses objetivos, agora será a vez do Amazonas.

Para isso, o 1º secretário do Senado e diretor nacional do Pro-

grama Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, senador Efraim Morais (DEM-PB), assinará convênio com a Assembléia Legislativa do Amazonas durante o Seminário Interlegis Região Norte, amanhã, em Manaus. Também participarão do evento a coordenadora da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado, Mônica Freitas, e a diretora-executiva do Instituto Legislativo Brasileiro

(ILB), Denise Zoghbi.

Mônica explicou que, no Senado, além das campanhas de conscientização e das reformas na arquitetura dos prédios, o programa inclui a contratação das pessoas com deficiência. Denise Zoghbi disse que essa iniciativa marca a disposição do ILB de ampliar seu campo de atuação. A programação completa do Seminário Interlegis Região Norte pode ser acessada pelo site www.interlegis.gov.br.

Tuma cobra ações efetivas do poder público para combater violência

Ao registrar o ataque com tiros e pedradas ao trem que conduzia os ministros Márcio Fortes, das Cidades, e Pedro Brito, da Secretaria Especial dos Portos, ocorrido na segunda-feira, no Rio de Janeiro, o senador Romeu Tuma (DEM-SP) opinou que a violência no país só poderá ser debelada por meio de ações efetivas e combinadas de todos os escalões do poder público. Ele defendeu ações enérgicas, rápidas e permanentes.

– Basta de análises e desculpas que só explicam, mas não podem justificar a escalada de violência. Basta de planos para investir milhões de reais numa segurança pública imaginária, que nunca sai do papel, enquanto a população perece. Precisamos ter consciência de que a criminalidade é insuportável porque continua a apavorar e destruir famílias, a fazer órfãos e a incapacitar trabalhadores, como um terrorismo sem terroristas que ameaça cada vez mais o Estado democrático de direito – avaliou Tuma.



Leopoldo Silva

Tuma: “Basta de planos para investir milhões numa segurança imaginária”

O senador observou que, se por um lado o ato de violência patrocinado contra o trem mostrou a periculosidade e a petulância dos criminosos, por outro foi uma demonstração cabal da importância de reforçar as ações estatais nas comunidades mais carentes.

Tuma comentou que a audácia do crime organizado manifesta-se principalmente nas capitais e principais cidades de todos os estados. Ele citou como exemplo o assalto, na madrugada de ontem, em São Paulo, a uma transportadora de valores.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota projeto que propõe cassação de Renan

Às 11h, tem início a sessão extraordinária para votar o projeto de resolução que propõe a perda do mandato do senador Renan Calheiros. Caso a reunião não se estenda,

haverá, às 14h, sessão deliberativa, cuja pauta permanece trancada pelo Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 44/07, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

CCJ examina estadualização de concursos públicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se, às 10h. Na pauta, projeto que determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais. Também poderá ser

analisado, dentre outros itens, o parecer a projeto de lei que estabelece prazo para o julgamento das ações penais de competência originária do STF e do STJ, no caso de autoridades com foro privilegiado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Alvaro Dias, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa

Euclides Mello homenageia filarmônica

A pedido de Euclides Mello (PTB-AL), o Senado publicará em seus Anais voto de aplauso pelo 97º aniversário de fundação da Sociedade Musical Filarmonica Santa Cecília, de Marechal Deodoro (AL). O senador ressaltou que a entidade vem se destacando ao longo de quase um século de existência por importantes serviços prestados nas áreas de educação, formação e aperfeiçoamento musical.

– A Filarmonica Santa Cecília já é nacionalmente reconhecida e constitui um grande celeiro de músicos – frisou.

Fátima Cleide lamenta morte de dirigente da CUT

Fátima Cleide (PT-RO) requereu voto de pesar pela morte de Maria Ednalva Bezerra de Lima, dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ednalva teve morte cerebral no sábado, em Campinas (SP), em decorrência de meningite.

Professora, Ednalva atuou, na CUT, na Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora e na Secretaria de Políticas Sociais e ocupou a suplência da direção da Executiva Nacional da entidade e a coordenação do Núcleo Temático de Gênero.

Mesquita Júnior pede voto de pesar por colunista

Requerimento de voto de pesar pela morte da colunista social do jornal *Rio Branco*, Marlize Braga, foi apresentado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). A colunista morreu vítima de ataque cardíaco no último dia 7.

– Sua vida diz respeito a uma população inteira e sua morte também. O povo acreano sentiu muito a morte de Marlize Braga. Quero expressar meu sentimento à família e às centenas de fãs e leitores – assinalou.

O senador referiu-se à colunista como “irônica e bem informada” e disse que ela fará falta a muita gente.

Segundo o líder do governo, Romero Jucá, reunião serviu para discutir uma proposta “harmônica e integrada, que possa ser votada na Câmara e no Senado”

Antonio Palocci se reúne com senadores para discutir CPMF

A proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi discutida ontem em reunião do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), com o deputado Antonio Palocci (PT-SP), relator da proposta na Câmara. Também participaram da reunião os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Jefferson Péres (PDT-AM), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Ideli Salvatti (PT-SC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Augusto Botelho (PT-RR), João Ribeiro (PR-TO) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Segundo Jucá, a reunião serviu para discutir uma proposta “harmônica e integrada, que possa ser votada na Câmara e no Senado”. Jucá não antecipou o relatório de Palocci sobre a matéria, mas afirmou que várias hipóteses estão sendo analisadas.

– O governo não pode pres-



Jucá (entre Palocci e Osmar Dias) diz que governo não pode prescindir da contribuição

cindir do recurso da CPMF para o próximo ano – disse o líder, que sugeriu alternativas, como o escalonamento da redução da contribuição, a destinação de mais recursos para a saúde e a desoneração da folha de pagamentos das empresas como forma de compensação.

A CPMF foi criada em 1996, substituindo o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

(IPMF), e incide sobre a maior parte das operações financeiras realizadas por bancos. Desde março de 2001, a alíquota está fixada em 0,38%.

Atualmente, a Constituição prevê a cobrança da CPMF até 31 de dezembro deste ano. As propostas de emenda à Constituição que estão sendo discutidas na Câmara determinam a prorrogação da contribuição até 2011.

Expedito Júnior saúda frente nacional contra contribuição

O senador Expedito Júnior (PR-RO) saudou a Frente Nacional Nova Geração, organismo que reúne jovens líderes e empresários das áreas financeira e comercial, pela coleta de 1,1 milhão de assinaturas contra a prorrogação da CPMF.

Segundo informou, o abaixo-assinado foi entregue na Câmara dos Deputados e a frente espera realizar, em outubro, uma grande marcha popular em São Paulo contra a manutenção da contribuição.

– Isso servirá de alerta para acordar a juventude.

Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) classificou a prorrogação da CPMF como uma “vergonha” e alertou para uma suposta tentativa do governo Lula de associar o voto contra a CPMF a uma rejeição à continuidade do programa Bolsa Família, colocando, assim, a população de baixa renda contra os parlamentares.

Expedito também pediu o apoio de Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para a realização de audiência com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, sobre a continuidade do tributo após 2007.



Expedito Júnior

Osmar Dias afirma que PDT defende redução gradual

Uma discussão sobre o destino a ser dado à CPMF, que ocorra antes que a proposta de emenda à Constituição, em análise na Câmara, chegue ao Senado, foi sugerida por Osmar Dias (PDT-PR).

– O PDT não propõe que se acabe com a CPMF, mas que se reduza gradativamente – disse.

O senador criticou a proposta do governo de prorrogar a contribuição mantendo a atual alíquota, de 0,38%. Para ele, a redução da alíquota da CPMF deveria ser gradual, passando, num primeiro momento, para 0,35%, depois para 0,30%, e assim por diante.

– Temos que aprovar [a matéria] até o final deste ano, se houver boa vontade do governo para negociar com a oposição. Agora, se vier com 0,38% vai ser difícil, porque estamos aprovando 38 bilhões de reais enquanto há um atendimento horroroso na saúde pública – alertou.

Osmar acusou o governo de desviar os recursos oriundos da arrecadação da CPMF, que deveriam ser destinados à saúde, para outros fins. O senador comparou a situação vivida pelo Brasil, em que a carga tributária é de aproximadamente 40%, com a de países como França e Suécia, onde a carga é maior, entre 50% e 60%, mas a população tem o pagamento dos impostos “devolvido sob a forma da prestação de serviços públicos de qualidade”.

– Essa é a missão sagrada que o Estado brasileiro não vem cumprindo. Nos hospitais públicos de lá não tem ninguém morrendo na fila.

O senador recebeu o apoio de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Mário Couto (PSDB-PA).



Crivella diz que só no Rio de Janeiro são cometidos 300 mil crimes por ano

Crivella culpa desigualdade social pela violência

Marcelo Crivella (PRB-RJ) atribuiu à desigualdade social parte da culpa pela violência no Brasil. Segundo o senador, apenas 15 mil famílias concentram 80% dos títulos da dívida pública – aproximadamente R\$ 800 bilhões –, e a maior parte da renda dessas famílias provém de investimentos em juros e não do setor produtivo, de forma que não gera empregos.

– Será que é possível uma sociedade construir a paz diante de tamanha e abissal desigualdade? – indagou Crivella.

Segundo o senador, só em seu estado são cometidos 300 mil crimes por ano.



Paim pede votação de projeto de sua autoria na Câmara e no Senado

Paim: aposentadoria deve ter mesmo reajuste do mínimo

Paulo Paim (PT-RS) pediu que a Câmara e o Senado procedam à votação de projeto de sua autoria que determina a concessão, nos proventos de aposentados e pensionistas, do mesmo reajuste dado anualmente ao salário mínimo. O projeto (PLS 58/03) também compensa perdas das aposentadorias e pensões, explicou Paim.

O senador saudou os representantes da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobapi), que, da galeria, assistiam à sessão.

– Não joguem a toalha. Peleiem, peleiem que um dia o PL 58 há de ser aprovado – conclamou.

Senado vota, a partir das 11h, projeto de resolução que pede a cassação do mandato do presidente da Casa; deputados querem acompanhar a sessão

Renan Calheiros volta a descartar licença ou renúncia

Jone Araújo



Renan: "Qualquer coisa sobre licença ou renúncia não faz parte da minha personalidade"

Sessão torna-se aberta para anúncio do resultado da votação

A sessão extraordinária convocada para hoje com o objetivo de votar o projeto de resolução que propõe a perda do mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, seguirá um rito formal, previsto regimentalmente. Apesar de estar estabelecido no Regimento Interno que a sessão será secreta, os procedimentos da abertura – que vai até o momento em que o presidente da Mesa anuncia o objetivo da sessão – serão realizados publicamente. Concluída a apuração dos votos, em sessão secreta, a reunião torna-se novamente pública para que seja anunciado o resultado da votação – que é secreta por determinação constitucional.

Ao iniciar os trabalhos, o vice-presidente, senador Tião Viana, declarará aberta a sessão. Havendo pelo menos quatro dos 81 senadores em Plenário, Viana informará que "há número regimental" e, em seguida, anunciará o objetivo da reunião.

A partir desse ponto, o presidente da Mesa solicitará que todos que não estejam devidamente autorizados deixem o recinto, para, então, dar início à fase de discussões, já em sessão secreta. Segundo a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, só poderão permanecer no Plenário os senadores e os advogados das partes (PSOL e Renan), além dela própria e de um auxiliar. Para evitar a presença de outros funcionários no recinto do Plenário, a ata da reunião, de acordo com o artigo 208 do regimento, será redigida pelo 2º secretário da Mesa. Depois de aprovada, a ata é então assinada pelo presidente da Mesa, pelos 1º e 2º secretários e encaminhada, em sobrecarta fechada, ao arquivo do Senado.

– Os *notebooks* que ficam nas mesas dos senadores serão retirados, mas não temos como impedir que eles [os parlamentares] entrem de celular – explicou Cláudia Lyra à imprensa.

José Cruz



Cláudia Lyra (D): não há como impedir que senadores entrem com celulares

"Qualquer coisa que diga respeito a licença ou a renúncia não faz parte da minha personalidade." A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, minutos depois de chegar ontem ao Congresso e 24 horas antes da sessão plenária em que os senadores decidirão se Renan faltou com o decoro parlamentar, como sugeriu a representação contra ele ajuizada pelo PSOL, considerada procedente pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O senador é acusado de haver faltado com a ética e o decoro com base em suspeita de ter-se utilizado dos favores de um exe-

cutivo da construtora Mendes Júnior para pagar a pensão alimentícia da filha de três anos que tem com a jornalista Mônica Veloso. Em sua defesa, ele apresentou documentos que o Conselho de Ética considerou insuficientes para provar sua inocência.

Às vésperas do seu julgamento, Renan ficou até as 11h30 na residência oficial, recebendo para conversar apenas o senador José Sarney (PMDB-AP). O primeiro julgamento da história do Senado de um presidente da instituição acusado de quebra de decoro parlamentar terá início às 11h de hoje. Até lá, a Casa se organiza para cumprir um rito que pode ser

alterado, se assim entender o Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao meio-dia, enquanto Renan despachava em seu gabinete, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) anunciava que o vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC), rejeitara, liminarmente, o requerimento em que o grupo de deputados conhecido como Terceira Via pedia que a sessão fosse aberta.

Em frente à Presidência do Senado, Raul Jungmann anunciou que, ainda ontem, o grupo impetraria mandado de segurança junto ao STF para garantir o direito de assistir ao julgamento de Renan Calheiros.

RENATO CASAGRANDE



Moreira Moriz

Mesa promete complacência com relatores

Respondendo a questionamento de Renato Casagrande (PSB-ES), o senador Tião Viana antecipou detalhes da sessão marcada para as 11h de hoje. Além dos senadores, terão direito a se pronunciar um advogado representando o PSOL, autor da representação, e o advogado de Renan.

Tião Viana explicou que o regimento da Casa não dispensa aos relatores do processo no Conselho de Ética – o próprio Casagrande, Marisa Serrano (PSDB-MS) e Almeida Lima (PMDB-SE) – tratamento especial. Mesmo assim, a Mesa será condescendente com os três senadores.

– Estamos ultimando todo o rito da sessão de um modo objetivo e simplificado. A sessão será aberta de uma maneira normal e em seguida daremos as informações das normas regimentais e constitucionais sobre o rito processual. Será facultada a palavra a cada senador que queira discutir. Cada um terá dez minutos. A previsão regimental é que a sessão dure quatro horas e meia, mas esse tempo pode ser alargado se houver necessidade – afirmou Viana.

Tião Viana nega a deputados pedido para assistirem à reunião secreta

O vice-presidente do Senado, Tião Viana, indeferiu formalmente, por volta das 15h30 de ontem, requerimento apresentado por nove deputados federais para assistirem à sessão plenária de hoje na qual será votado o projeto que pede a perda do mandato de Renan Calheiros.

Com a recusa formalizada, os deputados anexaram o despacho ao pedido de mandado de segurança que protocolariam em seguida, por volta das 16h, no Supremo Tribunal Federal com o objetivo de tornar aberta a sessão secreta.

Tião Viana apoiou-se nos artigos 117 e 185 do regimento para negar a reivindicação dos deputados. Diz o artigo 117 que "nas reuniões secretas, além dos membros da comissão, só será admitida a presença de senadores e das pessoas a serem ouvidas sobre a matéria em debate". O parágrafo único do mesmo artigo determina que "os deputados

federais poderão assistir às reuniões secretas que não tratem de matéria da competência privativa do Senado Federal".

Já o artigo 185 informa que "em sessão secreta somente os senadores terão ingresso no Plenário e dependências anexas, ressalvados o disposto no parágrafo único do artigo 192 e os casos em que o Senado conceda autorização a outras pessoas para a ela assistirem, mediante proposta da Presidência ou de líder".

– A Constituição diz que os parlamentares terão livre acesso a todas as dependências onde esteja em jogo o interesse do país – alegou o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Com ele estavam Fernando Gabeira (PV-RJ), Luciana Genro (PSOL-RS), Luíza Erundina (PSB-SP), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Ivan Valente (PSOL-SP), Raul Henry (PMDB-PE) e Raul Jungmann.



Geraldo Magela

Tião Viana explica que, com base no regimento, não pode admitir entrada de deputados

Bancadas de partidos no Senado decidiram ontem como se posicionarão seus integrantes na votação do processo contra o presidente da Casa

PT e PMDB liberam voto; PSDB e DEM defendem cassação

As bancadas do PT, do PSDB e do DEM reuniram-se na tarde de ontem para decidir como seus integrantes se posicionarão na sessão extraordinária de hoje que decidirá sobre o projeto de resolução que recomenda a perda de mandato do senador Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. Renan é acusado de ter despesas pessoais pagas por um lobista.

A líder do PT – primeiro par-

tido a se reunir –, senadora Ideli Salvatti (CS), afirmou que os membros do partido estão “livres, leves e soltos” para votarem “de acordo com suas consciências”.

– Não houve declaração de voto, nem pedido de voto, nem orientação de voto. Cada senador está colocado na condição de juiz – afirmou a líder.

O PMDB também liberou sua bancada.

Já o PSDB decidiu que votará

em bloco pela perda de mandato de Renan Calheiros.

– O PSDB fecha posição pela cassação. Ninguém está feliz com essa situação, mas é o mandato do senador Renan ou o Senado Federal – esclareceu o presidente do partido, senador Tasso Jereissati (CE).

A única ressalva feita na reunião da bancada dos tucanos diz respeito ao voto do senador João Tenório (AL), aliado de Renan

Calheiros. No mais, os membros do PSDB se dizem seguros.

– Estamos tão seguros que até fechamos questão numa votação secreta – observou Arthur Virgílio (AM), líder do partido.

O líder do DEM, senador José Agripino Maia (RN), disse que o partido vai defender o acolhimento da denúncia de quebra de decoro parlamentar, com a aplicação da pena de perda de mandato. A decisão foi anunciada

após reunião de 16 senadores da agremiação. O único ausente ao encontro foi Edison Lobão (MA), que não se encontrava em Brasília, explicou José Agripino.

– Por unanimidade, a recomendação é pelo voto “sim” ao relatório do senador Renato Casagrande e da senadora Marisa Serrano. O partido vai pedir a cassação do senador Renan Calheiros – acrescentou Agripino em entrevista aos jornalistas.



ALVARO DIAS

Cidadão deve saber o que estão votando os parlamentares

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou da tribuna a apresentação de proposta de emenda à Constituição que prevê votação aberta nos processos de perda de mandato por quebra de decoro parlamentar. Ele sustentou que a população tem o “direito sagrado” de distinguir os parlamentares, conhecendo como eles estão votando.

O senador lembrou que o Congresso costuma tratar esse assunto apenas em momentos em que há um “rumoroso processo” de quebra de decoro parlamentar e o Plenário é convocado a se manifestar. “Desta vez, temos a obrigação de não deixar um projeto como esse morrer nas gavetas do Congresso”, disse.

Alvaro Dias informou ainda ter apresentado projeto para criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Foz do Iguaçu (PR). O senador pediu também que a Petrobras resolva a situação de 5.400 pescadores da costa do Paraná afetados pelo vazamento de produtos químicos de um navio a serviço da empresa, em 2001.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a iniciativa do projeto sobre abertura de votações de cassação. Lembrou, no entanto, que o Plenário já rejeitou proposta de Tião Viana (PT-AC) com a mesma finalidade.

Sessão aberta só com acordo de lideranças

Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a aprovação de projeto de resolução de sua autoria, ao lado de outros senadores, que altera dispositivo do regimento do Senado para permitir que a sessão de julgamento do processo contra Renan Calheiros seja aberta. A votação da proposta ainda depende de acordo entre as lideranças, mas, para a nova regra valer, precisa ser aprovada antes do julgamento de Renan, marcado para as 11h de hoje. Segundo Delcídio, o projeto já conta com o apoio de 41 senadores, entre eles Eduardo Suplicy (PT-SP).

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) expressou seu apoio à proposta. Já Osmar Dias (PDT-PR) apontou a coerência da iniciativa, porém lembrou que muitos parlamentares que hoje a apóiam rejeitaram proposta do senador Tião Viana (PT-AC) que previa sessão e votação abertas em caso de perda de mandato.

Por último, a líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), observou que os defensores do projeto de resolução poderiam não só ter aprovado o projeto de Viana, como também terem se empenhado para votar proposta similar de Paulo Paim (PT-RS), apresentada em 2006 e que aguarda indicação de relator na Comissão de Justiça.



DELÍDIO AMARAL



GARIBALDI ALVES FILHO

“Afetos pessoais precisam ser deixados de lado”

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) anunciou que irá votar favoravelmente ao projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que recomenda a perda do mandato de Renan Calheiros.

– Não condeno explicitamente o senador, mas quero absolver o Senado. Creio ser este o meu dever e não vejo alternativa outra senão impedir, com o acolhimento do parecer do Conselho de Ética, que persista indefinidamente esta sangria mortal da credibilidade de nossa instituição perante a opinião pública – disse.

Garibaldi afirmou que Renan “teria agido para o bem do Senado se, ao protestar inocência, como protesta desde o início, não tivesse exigido como seu fiador o Senado, que, perplexo, restou até aqui mergulhado em dúvidas, ceticismo, desconfianças, receios e suspeitas”.

– O resgate desta carta de fiança é urgente e não pode se arrastar até que todas as demais acusações sejam enfim apuradas e julgadas – ressaltou o parlamentar.

Garibaldi acrescentou que é preciso “deixar de lado afetos pessoais e compromissos partidários, para resgatar a instituição dos grilhões do descrédito e da iminente e inexorável desonra que se está por lançar”.

“Discurso, bonito ou feio, não consegue mudar voto”

“Um discurso, seja ele qual for, pode ser bonito ou feio, muda talvez uma opinião, mas não consegue mudar o voto em uma Casa política.” Ao emitir essa opinião, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) disse que todos os senadores, inclusive ele, já definiram como votarão hoje.

Na avaliação do senador, depois de tanto tempo ocupando espaço na imprensa e pautando as discussões no Senado, o caso Renan Calheiros transformou-se em um drama sobre o qual, hoje, ninguém consegue mais convencer ninguém.

Paulo Duque também destacou que desde 2004 tramita na Casa uma proposta de emenda à Constituição do então senador Sérgio Cabral, hoje governador do Rio, acabando com o voto secreto, no Plenário do Senado, nas decisões sobre cassação. Ele acrescentou que existem outras duas propostas com o mesmo objetivo, dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Tião Viana (PT-AC).

– O projeto de Sérgio Cabral recebeu duas emendas e não foi arquivado ainda. Vejo alguém dizer que vai apresentar esse ou aquele projeto. Eu respeito. Mas sei que existem PECs com o mesmo teor. Vontade existe, mas, entre haver vontade e a realidade, a diferença é muito grande – frisou.



PAULO DUQUE



ARTHUR VIRGÍLIO

Bancada do PSDB decide “em favor da instituição Senado”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), comunicou ao Plenário que a Executiva do partido e a bancada de senadores decidiram ontem fechar questão a favor da perda do mandato do senador Renan Calheiros. A única exceção foi feita ao senador João Tenório (PSDB-AL), “por uma questão política regional”.

– O PSDB fez opção pela instituição Senado. O partido decidiu ainda dar todo apoio à mudança no regimento do Senado para que as sessões destinadas a julgar algum senador por falta de decoro sejam abertas. O voto, no entanto, continuará fechado, até que uma emenda constitucional altere esta norma – afirmou.

Ele próprio se perguntou como é possível fechar questão quando o voto não é aberto. E respondeu que isso é possível porque o PSDB “não açodou, não prejudicou”, amadurecendo sua posição.

Virgílio ponderou que “o Senado não pode se portar como uma sociedade secreta”, pois decisões tomadas assim podem acabar acobertando crimes. Para ele, a Câmara dos Deputados, nesse ponto, “está à frente do Senado”, pois lá as sessões destinadas a julgar deputados acusados de ferir o decoro são abertas – só o voto é secreto.

Regularização ambiental e práticas adequadas são algumas das sugestões para reduzir impactos do avanço da bovinocultura e de áreas cultivadas com cana e grãos na região

Especialistas apontam caminhos para o uso sustentável do cerrado

A modificação da cobertura vegetal do cerrado, que vem sendo substituída pela agropecuária e por culturas como a de cana-de-açúcar, contribui para o aquecimento global. No entanto, é possível conciliar desenvolvimento econômico, agricultura e preservação da natureza, por meio da regularização ambiental. Essas foram algumas das conclusões dos especialistas

que participaram de audiência na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, realizada ontem, Dia do Cerrado.

A professora do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília, Mercedes Bustamante, explicou que a alteração da cobertura vegetal – para a pecuária, plantio de grãos e de cana-de-açúcar – facilita a liberação do carbono presente no solo e aquece o ar, uma vez que não há o resfriamento do ar quente em trocas com a copa das árvores. Apesar de o cerrado ser sumidouro de carbono no período chuvoso, se torna fonte do gás durante a seca, mais ainda com os incêndios. Dessa forma, avaliou a especialista, é preciso controle do desmatamento e das queimadas. Mercedes afirmou que a produção da cana aumenta as emissões de óxido nitroso (N₂O), outro gás de efeito estufa, produzido a partir de fertilizantes nitrogenados.

A pesquisadora também ressaltou os impactos da bovinocultura. Conforme explicou, os animais liberam em seu processo digestivo o gás metano – e uma partícula de metano é 25 vezes mais potente do que uma molécula de CO₂, para causar o efeito estufa.



Maria Cecília alerta para conseqüências do aquecimento

– O total emitido pelo rebanho bovino em um ano é semelhante ao CO₂ produzido por 36 milhões de veículos de passeio no mesmo período – revelou.

Equilíbrio

Para diminuir esses efeitos, o representante da organização não-governamental The Nature Conservancy (TNC), Carlos Klink, salientou que a atividade agrícola precisa ser considerada parte do ecossistema para conciliar o uso da terra e os benefícios econômicos gerados a partir disso, com a preservação ambiental.

– É possível conciliar agricultura e conservação com a promoção da regularização ambiental e melhores práticas – defendeu.

Para exemplificar, mencionou o caso de Lucas do Rio Verde (MT), primeiro município a promover a regularização ambiental conforme o Código Florestal, com a determinação de reservas legais. A partir do cadastro das propriedades rurais, é possível adequar as áreas de produção às áreas de preservação permanente (APPs) e reservas indígenas, por exemplo. Com isso, destacou, há redução de custos e cria-se um ambiente de cooperação, abrindo a possibilidade de exportação

para mercados mais exigentes, como o europeu, que valoriza iniciativas como o selo verde.

– Nosso sonho é inserir milhões de hectares de preservação em terras privadas que continuem produzindo – frisou.

Impacto

A secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito, citou estudo elaborado por José Marengo, do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/Inpe). No Brasil, de acordo com pesquisa, a temperatura se elevou 0,7°C nos últimos 50 anos. Com a continuação do fenômeno, disse, haverá “aridização” do semi-árido e secas na região amazônica. A elevação da temperatura até 2100, observou, deve chegar a 6°C no norte do país. Em todo o Brasil, a temperatura média deve aumentar de 3°C a 4°C.

– Hoje, a média é de 26 graus centígrados – afirmou.

Como conseqüência, prevê o estudo, ocorrerá expansão da deficiência hídrica no país e aumento das condições precárias para os ecossistemas brasileiros.

Também participaram da audiência o diretor de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Bráulio Ferreira de Souza Dias, e o analista ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Adriano Santhiago de Oliveira.

A reunião faz parte das comemorações da Semana do Cerrado, uma iniciativa da comissão e da ONG The Nature Conservancy.



Mozarildo: “Governo deve aconselhar seu líder a ter coerência e ser mais respeitoso”

Mozarildo protesta contra declaração de Jucá sobre ZPEs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou ontem, da tribuna, contra nota publicada na coluna “Parabólica”, do jornal *Folha de Boa Vista*, supostamente a pedido de Romero Jucá (PMDB-RR). Conforme Mozarildo, o texto informa que Jucá ligou para o jornal dizendo ter acrescentado, na lei das zonas de processamento de exportação (ZPEs), um dispositivo que autoriza o governo federal a instalar em qualquer lugar do país uma ZPE sem precisar de projeto autorizativo. Diz também que o líder do governo no Senado, em entendimento pessoal com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu permissão para instalar uma ZPE em Boa Vista, tendo, por isso, qualificado como “maquiagem” a iniciativa de

Mozarildo de apresentar projeto que autoriza uma ZPE em Boa Vista.

– Apelo ao governo que aconselhe seu líder a ter coerência, a ser mais respeitoso e a levar a política mais a sério – observou Mozarildo, para quem “não é bonito, para dizer o mínimo, que o líder venha desmerecer a atuação de um parlamentar que está vigilante para melhorar a situação de seu estado”.

Mozarildo lembrou ter apresentado outro projeto que autoriza a criação de ZPEs nas cidades de Rorainópolis e Caracaraí. Assim como o de Boa Vista, a proposta já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Afirmou ainda que o próprio Jucá apresentou, depois dele, projeto autorizativo pedindo a instalação de ZPE em Boa Vista.

– Se é maquiagem, por que então ele apresentou o projeto? – indagou Mozarildo, que citou o nome de vários senadores que apresentaram projetos autorizativos de instalação de ZPEs.

O senador pelo PTB salientou que, com a declaração, Jucá desmerece a si próprio, por não conseguir manter “um discurso só”. Mozarildo acusou o líder do governo de querer “miar aqui e rugir lá”.

Em aparte, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) elogiou a seriedade com que Mozarildo Cavalcanti trata as questões relativas a Roraima.

Mão Santa homenageia memória do jornalista João Emílio Falcão

O senador Mão Santa (PMDB-PI) prestou homenagem à memória do jornalista piauiense João Emílio Falcão, falecido em 1995, e que estaria completando 70 anos ontem. O peemedebista lembrou que o homenageado trocou seu estado natal pelo Rio de Janeiro, aos 15 anos, para trabalhar como jornalista. Com a cons-

trução de Brasília, resolveu se firmar profissionalmente na nova capital federal.

– Ele engrandeceu o Piauí e a imprensa do Brasil, tendo sido um dos maiores discípulos do também jornalista piauiense Carlos Castelo Branco, que, em plena ditadura, levou o clamor do povo pela redemocratização do país – disse.

Em solenidade realizada na tarde de ontem, Francisco Dornelles (PP-RJ) assumiu a presidência do Partido Progressista. O senador já foi secretário da Receita Federal, três vezes ministro de Estado e exerceu cinco mandatos como deputado federal.



Iniciativa aprovada na CAE isenta de IPI a compra de transmissores, receptores, veículos de patrulhamento e armas por órgãos de segurança pública das prefeituras

Proposta estimula município a investir em segurança

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei que estende aos municípios a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas compras de determinados produtos por órgãos de segurança pública municipais. O benefício será concedido na aquisição de aparelhos transmissores e

receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, veículos para patrulhamento social, armas e munições.

A proposta (PLS 194/04) altera a Lei 9.493/97, que determina a isenção para esses mesmos produtos nas compras feitas por órgãos de segurança pública da União, dos estados e do Distrito Federal. O autor do projeto,

senador Romero Jucá (PMDB-RR), argumenta que, “quando a legislação referente a esse tipo de isenção foi elaborada, não havia o fortalecimento da política de segurança municipal por meio das guardas municipais”.

– Por isso, estamos estendendo às guardas municipais, às prefeituras, a mesma isenção de IPI que já existe para União, estados e

Distrito Federal – disse ele.

Jucá observa ainda que a proposição não tem o objetivo de eximir os estados da responsabilidade de “manter a ordem e garantir um ambiente de paz”.

– A intenção é, em verdade, possibilitar às prefeituras municipais realizarem um trabalho complementar ao dos estados, sem que dependam destes e com a

mesma qualidade, se não superior – explica o parlamentar.

A matéria, que recebeu voto favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi aprovada por unanimidade na comissão, em votação nominal. Caso não seja apresentado recurso para apreciação em Plenário, o projeto seguirá à deliberação da Câmara dos Deputados.

Comissão vai debater CPMF com Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, será convidado a participar, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de audiência pública destinada a debater a aplicação dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O colegiado aprovou ontem três requerimentos nesse sentido, assinados por vários senadores. A data da audiência ainda será definida.

Um dos requerimentos solicita ainda a participação dos ministros José Gomes Temporão (Saúde), Luiz Marinho (Previdência Social) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social e Combate à Fome). O mesmo requerimento destaca que, de acordo com a legislação pertinente, a arrecadação da CPMF deve ser destinada ao Fundo Nacional de Saúde, à Previdência Social e ao Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza.

Os outros dois requerimentos solicitam também a presença do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Prorrogação

A reunião foi solicitada em virtude da proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência do tributo. Essa matéria tramita na Câmara e, se aprovada, também terá de ser votada no Senado. Caso a prorrogação não seja ratificada, a CPMF deixará de existir no fim deste ano.



Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Aloizio Mercadante, realiza audiência pública e vota proposições

Monitoramento por satélite pode apoiar estratégias de crescimento da agricultura

O monitoramento por satélite é um forte instrumento para planejar a estratégia da agricultura, com reflexos positivos em um dos setores que mais contribuem para o crescimento da economia brasileira – o agronegócio. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), durante audiência pública que debateu o uso de satélite para monitorar a agricultura no país.

Aloizio Mercadante lembrou que o monitoramento da agricultura tem por meta acompanhar a dinâmica do setor e oferecer uma visão espacial detalhada das diversas culturas espalhadas por todo o país – como as de cana, soja e milho. A agricultura monitorada, disse, também permite acompanhar em detalhe o volume de água em açudes e represas, o desmatamento

e a vocação agrícola de cada região.

Evaristo Eduardo de Miranda, que dirige o Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite, localizado em Campinas (SP), pertencente à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), defendeu na reunião maior investimento em pesquisa, como forma de a agricultura, com destaque para a desenvolvida na Amazônia, crescer de maneira vertical, gerando-se, assim, maior controle do desmatamento e maior produtividade.

Florestas

O dirigente da Embrapa declarou que estudos do centro de monitoramento mostram que a derrubada de árvores na Amazônia é cada vez menor e que nesse mapeamento o órgão identificou nada menos do que 25 tipos de florestas dentro da região, referindo-se à diversidade da flora e da

fauna amazônica.

Ele afirmou que o plantio de cana-de-açúcar para uso como bioenergia, em forma de etanol, ocupará menos de 5% das terras agricultáveis, localizadas especialmente na região Sudeste. Com isso, observou, afasta-se qualquer impacto negativo com relação à produção de alimentos.

Produção

Evaristo de Miranda informou ainda que o monitoramento por satélite é um dos principais instrumentos para se acompanhar todo o processo agrícola, incluindo planejamento, safra e produção.

Senadores presentes à audiência pública da CAE destacaram o papel desempenhado pela Embrapa no fortalecimento da agricultura nacional. Kátia Abreu (DEM-TO) pediu, durante o debate, que o governo federal canalize mais recursos para ampliar as pesquisas da empresa.

Limite de valor em pregão eletrônico não é consenso

O projeto de lei que amplia a utilização do pregão eletrônico nas compras do governo seria votado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas não foi apreciado devido às divergências sobre o uso da modalidade nas contratações de obras de engenharia. A proposta (PLC 32/07) tem sido criticada pelo setor de construção civil, pois permite que o pregão eletrônico seja utilizado para obras de até R\$ 3,4 milhões – o setor quer a redução desse limite.

Durante a reunião, Osmar Dias (PDT-PR) declarou que, após ter se encontrado com representantes da indústria de construção civil, concluiu que o valor de R\$ 3,4 milhões “inviabiliza a execução da lei”. Ele sugeriu a redução do limite para R\$ 340 mil, valor previsto quando o projeto tramitou na Câmara dos Deputados.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) também criticou o limite, afirmando que “uma empresa de engenharia tem de ser avaliada em outro contexto, pois não é como um automóvel ou um móvel, que tem seus preços cotados na praça e pode ser escolhido pelo menor preço”.

Transparência

Por outro lado, tanto o presidente da comissão, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), como o relator da proposição na CAE, Eduardo Suplicy (PT-SP), apóiam o teto de R\$ 3,4 milhões. Mercadante disse que “o pregão eletrônico é um instrumento de modernização, de transparência e de agilidade, que aumenta a concorrência e a eficiência”. O parlamentar ressaltou que os órgãos públicos que já utilizam esse instrumento têm verificado uma “redução substancial de custos”.

– Se é possível utilizar o pregão eletrônico para obras de pequeno porte, por que não utilizá-lo para as de grande porte? – questionou.

Em vez da diminuição do teto, Mercadante defendeu uma alternativa que havia sido sugerida pelo próprio Osmar Dias: o limite de R\$ 3,4 milhões para as obras de engenharia seria mantido, mas desde que se respeitasse uma série de pré-requisitos. Uma das principais exigências é que os pregões eletrônicos só poderão ser realizados se antes houver a apresentação do projeto executivo – segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o projeto executivo reúne os “elementos necessários e suficientes à execução completa” da obra. Outro pré-requisito: seria obrigatória a pré-qualificação nos itens técnico e econômico para que, segundo Osmar Dias, “o pregão se realize entre iguais”.



Adelmir Santana discursa em sessão especial

Destaque ao papel do administrador

O Senado realizou ontem sessão especial para celebrar os 42 anos do reconhecimento legal da profissão de administrador. A data, comemorada em 9 de setembro, é também o Dia Nacional do Administrador. A cerimônia foi solicitada pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que defende a participação mais efetiva desses profissionais em processos de gestão.

Marconi ressaltou que, apesar de a profissão ter sido regulamentada em 1965, por meio da Lei 4.769, os administradores ainda hoje enfrentam dificuldades para o reconhecimento de seu papel nos setores público e privado. Ele afirmou que a presença do administrador traz lucros tanto para a iniciativa privada quanto para a administração pública e salientou que a sociedade também é beneficiada, ao receber melhores serviços.

Os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Adelmir Santana (DEM-DF) destacaram a necessidade do administrador de empresas na administração pública para que o Estado seja mais eficiente.

Raupp disse que os administradores de empresas e órgãos públicos têm grandes desafios neste século, em razão das inovações tecnológicas e da modernização do setor público. Além disso, observou, são profissionais que precisam planejar estrategicamente o futuro. O senador avalia que eles desempenham papel importante em sociedades complexas. E funcionam, acrescentou, como intermediários entre a organização para a qual trabalham e a sociedade em que vivem.

Burocracia

Adelmir Santana defendeu mudanças na burocracia brasileira. Para a gestão eficiente do Estado, segundo ele, é necessário criar funções e carreiras públicas que independam das trocas de partidos no poder que ocorrem a cada eleição.

O senador também destacou a importância do administrador nas empresas privadas no Brasil. O grande “índice de mortalidade” das empresas brasileiras, em sua opinião, decorre tanto da burocracia estatal quanto da falta de administração profissionalizada.

Participaram da solenidade o presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Roberto Carvalho Cardoso; a presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA-DF), Maria Rosário de Moraes; o presidente do Conselho Regional de Administração de Goiás (CRA-GO), Devanir Ferreira Sobrinho; o diretor de Relações Internacionais e Eventos do CFA, Samuel Albernaz; e o professor das Faculdades Alfa, representando as instituições de ensino superior de Administração, Nelson de Carvalho Filho.

Senado homenageia o Círio de Nazaré

O Plenário homenageou ontem o Círio de Nazaré, tradicional festa religiosa celebrada no Pará. Durante a sessão, foi exposta uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Compuseram a Mesa o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento para a homenagem; o arcebispo de Belém, dom Orani Tempesta; o prefeito da capital paraense, Duciomar

Costa; o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), que representou a bancada do estado; e a presidente da Companhia Paraense de Turismo, Ann Pontes.

O Círio de Nazaré, realizado pela primeira vez em 1793, é celebrado sempre no segundo domingo de outubro, quando uma imagem da Virgem Maria é transportada da Catedral Metropolitana de Belém para a Basílica de Nazaré, em um percurso de 4,5 quilômetros que dura várias horas.



Ann Pontes, dom Orani Tempesta, Flexa Ribeiro e Duciomar Costa. Imagem de Nossa Senhora de Nazaré foi exposta na Mesa durante a sessão

RENAN CALHEIROS

“**PELA DIMENSÃO QUE JÁ** assumiu e pela tradição bicentenária que representa, não seria exagero dizer que o Círio é, atualmente, uma das principais celebrações populares da fé cristã em todo o mundo.” O comentário foi feito pelo presidente Renan Calheiros, que ressaltou a exposição *Círio de Nazaré: Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira*, aberta até esta sexta-feira no Salão Branco do Congresso Nacional.

PAPALÉO PAES

AO CLASSIFICAR A FESTA religiosa como a “maior e mais impressionante manifestação do mundo cristão”, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que a celebração une os fiéis desde os seus preparativos, independentemente de suas diferenças sociais, culturais e políticas. O senador registrou que a festa, originada em Belém, estende-se a toda região e a seu estado, o Amapá, onde ocorre desde 1934.

ROMEU TUMA

EM TOM EMOCIONADO, o senador Romeu Tuma (DEM-SP) saudou a presença em Plenário da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira de Belém, vista como mensageira da fé e da esperança nas 24 horas que antecediam o julgamento do presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. Para Tuma, “Nossa Senhora nos traz alegria e alívio no coração e na alma na hora mais difícil”.

MÃO SANTA

NA HOMENAGEM AOS 214 anos da procissão do Círio de Nazaré, Mão Santa (PMDB-PI) recitou o refrão da música *Nossa Senhora*, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, para pedir à Virgem Maria orientação para “o dia mais difícil” do Senado, referindo-se à votação, hoje, do projeto de resolução que pede a perda do mandato do presidente da Casa, Renan Calheiros. “Guie, oriente e ilumine o Senado da República”, rogou o senador.

MÁRIO COUTO

“**UMA EXPLOSÃO DE FÉ.**” Assim o senador Mário Couto (PSDB-PA) descreveu a celebração do Círio de Nazaré, acrescentando que é impossível uma pessoa entender o que a procissão representa se não puder acompanhá-la pessoalmente. Ele cumprimentou os organizadores do evento pelo “que fazem em prol da religiosidade” do povo do Pará, citando especialmente o arcebispo de Belém, dom Orani Tempesta.

FLEXA RIBEIRO

“**O MAIOR EVENTO DE** fé católica do Brasil”, disse Flexa Ribeiro, é ainda a “maior demonstração de fé mariana do mundo”. Primeiro a discursar na homenagem ao Círio de Nazaré, o senador foi o autor, juntamente com os colegas da bancada paraense Mário Couto (PSDB) e José Nery (PSOL), do requerimento para a sessão. Ele explicou que o nome para a festa de origem portuguesa – círio – vem das grandes velas utilizadas na procissão.

MOZARILDO CAVALCANTI

O CÍRIO É CELEBRADO hoje em vários estados da Amazônia, informou o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que relatou como a cidade de Belém exerce influência na região. No caso de seu estado, Roraima, a Igreja e a população mudaram a data de comemoração do Círio porque as pessoas sempre viajavam para Belém no dia de Nossa Senhora de Nazaré, o que acabava por esvaziar a festa em Boa Vista.

MARCO MACIEL

“**UMA DAS MAIORES DEMONSTRAÇÕES** de fé do Brasil.” Assim o senador Marco Maciel (DEM-PE) classificou o Círio de Nazaré, no Pará, ao frisar que todos os anos centenas de milhares de pessoas navegam em rios e igarapés até Belém para seguir a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Ele disse que já participou duas vezes da festa, quando deputado federal e no período em que foi vice-presidente da República.

JOSÉ NERY

A ORIGEM DA CELEBRAÇÃO do Círio de Nazaré foi abordada pelo senador José Nery (PSOL-PA), ao informar que a celebração surgiu, segundo relato do historiador paraense Ernesto Cruz, com o caboclo Plácido, morador da estrada do Tinga e primeiro devoto da Virgem de Nazaré na colônia, em meados do século 18. Nery afirmou que a devoção “nasceu da fé inabalável do povo pobre, com tantos sofrimentos a mitigar”.

ARTHUR VIRGÍLIO

NÃO HÁ FESTA RELIGIOSA mais forte do que esta no país, disse Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao se referir ao Círio de Nazaré. Presente à celebração em duas ocasiões, o senador recordou o momento de enlevo vivido em meio à transladação e à procissão da imagem da Virgem de Nazaré pelas ruas de Belém. Ele lembrou a festa de Nossa Senhora do Carmo, no Amazonas, menor em tamanho, “mas igual à festa do Pará na intensidade da fé e na beleza”.